executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 11 de Agosto de 1915.— *Joaquim Teófilo Braga*—*José de Castro*.

Rectificação à lotação do cruzador «Vasco da Gama» publicada no «Diário do Governo» n.º 151, 1.ª série, de 4 de Agosto de 1915

Na 3.ª brigada, onde se lê «cabos marinheiros, 2», deve ler-se «cabos marinheiros, 5».

Majoria General da Armada, em 9 de Agosto de 1915.— O Chefe do Estado Maior, *Alberto António da Silveira Moreno*, capitão de mar e guerra.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

DECRETO N.º 1:817

Com fundamento na lei n.º 342, publicada no *Diário do Governo* n.º 151, de 4 do corrente mês, tendo sido observado o preceituado da alínea b) do n.º 1.º do artigo 6.º do decreto, com força de lei, de 11 de Abril de 1911, e nos termos do artigo 35.º da lei de 9 de Setembro de 1908: hei por bem decretar o seguinte:

É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Colónias, um crédito extraordinário da quantia de 160.000\$, a inscrever provisoriamente no orçamento do segundo dos referidos Ministérios para o ano económico de 1915-1916, até a sua aprovação pelo Congresso, em capítulo único da despesa extraordinária, sob a rubrica de «Despesas com a expedição militar à colónia de Moçambique», devendo dar entrada, na conta do depósito da dita colónia, existente na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, nos termos da aludida lei de 4 do corrente mês, para ocorrer às despesas daquela natureza na metrópole e para enviar para Moçambique, à ordem do Governador Geral e do comandante da expedição.

O Presidente do Ministério e Ministro da Marinha, e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 7, e publicado em 11 de Agosto de 1915.— *Joaquim Teófilo Braga*—*José de Castro*—*José Augusto Ferreira da Silva*—*João Catanho de Meneses*—*Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Augusto Luís Vieira Soares*—*Manuel Monteiro*—*Alfredo Rodrigues Gaspar*—*João Lopes da Silva Martins Júnior*.

DECRETO N.º 1:818

Com fundamento na lei n.º 342, publicada no *Diário do Governo* n.º 151, de 4 do corrente mês, tendo sido observado o preceituado da alínea b) do n.º 1.º do artigo 6.º do decreto com força de lei de 11 de Abril de

1911, e nos termos do artigo 35.º da lei de 9 de Setembro de 1908, hei por bem decretar o seguinte:

É aberto, no Ministério das Finanças, a favor do das colónias, um crédito extraordinário da quantia de 900.000\$, a inscrever, provisoriamente, no orçamento do segundo dos referidos Ministérios para o ano económico de 1915-1916 até a sua aprovação pelo Congresso, em capítulo único da despesa extraordinária sob a rubrica de «despesas com a expedição militar à colónia de Angola», devendo dar entrada na conta do depósito da dita colónia, existente na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, nos termos da aludida lei de 4 do corrente mês, para ocorrer às despesas daquela natureza na metrópole e para enviar para Angola à ordem do governador geral como comandante da expedição.

O Presidente do Ministério e Ministro da Marinha e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 7, e publicado em 11 de Agosto de 1915.— *Joaquim Teófilo Braga*—*José de Castro*—*José Augusto Ferreira da Silva*—*João Catanho de Meneses*—*Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*—*José Mendes Norton de Matos*—*Augusto Luís Vieira Soares*—*Manuel Monteiro*—*Alfredo Rodrigues Gaspar*—*João Lopes da Silva Martins Júnior*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Universitária

DECRETO N.º 1:819

Atendendo à representação dos alunos do terceiro ano da Escola Normal Primária de Lisboa;

Tendo em vista o parecer das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra e a consulta do Conselho de Instrução Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar que os indivíduos habilitados com o curso completo das Escolas Normais Primárias poderão matricular-se no curso de habilitação ao magistério primário superior, instituído nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra, quando satisfizerem às seguintes condições:

1.º Não terem obtido menos de 15 valores no exame final do curso das Escolas Normais Primárias;

2.º Sujeitarem-se a um exame de entrada perante as Faculdades de Letras, conforme os programas por elas estabelecidos e aprovados pelo Governo.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Agosto de 1915.— *Joaquim Teófilo Braga*—*João Lopes da Silva Martins Júnior*.